

28 DE ABRIL GREVE GERAL O BRASIL VAI PARAR!



**REAJA AGORA
OU MORRA TRABALHANDO**

As centrais sindicais do Brasil convocam a classe trabalhadora a paralisar todas as atividades no dia 28 de abril, sexta-feira.

Neste dia de Greve Geral serão realizados protestos, atos e outras manifestações contra as reformas trabalhista e da Previdência propostas pelo governo ilegítimo e golpista de Michel Temer.

Também vamos protestar contra a terceirização irrestrita e escravizante aprovada recentemente.

Participe! Apoie!
É o seu futuro e o futuro de seus filhos e netos que está em jogo.



GREVE GERAL!

**CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO
IRRESTRITA E AS REFORMAS
TRABALHISTA E DA PREVIDÊNCIA**

Participe!

CAMPANHA SALARIAL

Assembleia decide: metalúrgicos vão lutar por reajuste, benefícios, garantia de direitos e contra a terceirização na atividade-fim

O Sindicato dos Metalúrgicos de Cachoeirinha realizou na noite do dia 22 de março a assembleia geral convocada para definir a pauta de reivindicações da campanha salarial.

Na ocasião, considerando a atual conjuntura política e econômica do país, ficou definido que a luta será baseada na manutenção das cláusulas sociais da Convenção Coletiva em vigor e na reposição das perdas causadas pela inflação no período de maio/2016 a abril/2017.

Segundo estimativa do Dieese, a perda inflacionária do ano deve ficar acima dos 4% e somente será conhecida após a primeira semana de maio, quando o IBGE divulgar o INPC de abril.

Também serão reivindicadas as perdas provenientes dos parcelamentos do INPC nas convenções coletivas anteriores e perdas relativas aos danos decorrentes da altíssima rotatividade no setor metal-mecânico, mecanismo usado pelos patrões para achatar salários.

Para os pisos, será reivindicada a reposição integral do INPC ou a aplicação do índice de reajuste do Piso Regional a ser definido em breve, o que resultar mais benéfico.

Por fim, ficou definido que a categoria vai lutar na mesa de negociação para que todas as homologações de



rescisões sejam feitas no sindicato; o fornecimento de refeições ou vales-refeição seja para todos, sem qualquer ônus para os empregados; seja concedida a isenção do desconto dos vales-transportes para todos; seja concedida remuneração ou folga correspondente aos trigésimos primeiros dias dos meses de janeiro, março, maio, julho, agosto, outubro e dezembro de cada ano, para os mensalistas; garantida a ultratividade das cláusulas negociadas na Convenção até nova pactuação; e garantida que as atividades-fim das empresas da base não sejam terceirizadas.

As reivindicações já foram entregues aos representantes patronais e as negociações devem se iniciar em breve, uma vez que a data base da nossa categoria é 1º de maio. Fique atento/a!

CONSCIENTIZAÇÃO

Saiba quem são os deputados que traíram o povo gaúcho e votaram a favor da terceirização sem limites

Nenhum deputado se elege sem o apoio e os votos do povo. E o povo quer que ele legisle a favor de todos. Quando os deputados viram as costas para o povo e preferem atender exclusivamente os interesses patronais e da elite, traem aqueles que os elegeram.

Na noite de 22 de março, 11 dos 31 deputados gaúchos ajudaram a aprovar a terceirização sem limites, que é uma pauta eminentemente patronal. Alceu Moreira (PMDB), Cajar Nardes (PR), Carlos Gomes (PRB), Danrlei de Deus Hinterholz (PSD), Darcísio Perondi (PMDB), Jerônimo Goergen (PP), Jones Martins (PMDB), Luis Carlos Heinze (PP), Mauro Pereira (PMDB), Renato Molling (PP) e Yeda Crusius (PSDB) são os deputados traidores. Nas próximas eleições, dê a eles o troco.

Os deputados Covatti Filho (PP), Giovani Cherini (PR), Heitor Schuch (PSB), José Otávio Germano (PP) e Onyx Lorenzoni (DEM) não estavam presentes nesta importante votação e poderiam ter votado contra o projeto do governo.

Votaram contra a terceirização sem limites e a favor do povo os deputados Afonso Hamm (PP), Afonso Motta (PDT), Assis Melo (PCdoB), Bohn Gass (PT), Henrique Fontana (PT), João Derly (REDE), José Fogaça (PMDB), Jose Stédile (PSB), Marco Maia (PT), Marcon (PT), Maria do Rosário (PT), Paulo Pimenta (PT), Pepe Vargas (PT), Pompeo de Mattos (PDT) e Sérgio Moraes (PTB).

Golpistas e traidores dos trabalhadores

Deputados gaúchos que votaram a favor do PL 4302/98, liberando a terceirização para todas as atividades e ampliando o trabalho temporário



Dê o troco na próxima eleição

Nenhum direito a menos



Perda anual chega a 3,9%

O IBGE informou no dia 7 de abril passado o INPC de março (0,32%), que possibilita o cálculo das perdas salariais de nossa categoria nos 11 meses anteriores. Assim, os metalúrgicos de nossa base, no acumulado de maio/2016 a março/2017, já contabilizam perdas salariais de 3,9% (veja tabela abaixo).

No início de maio, o IBGE vai informar o INPC de abril e assim nossa categoria vai conhecer de fato a perda salarial do ano para a devida negociação com o sindicato patronal.

O INPC é um dos indicadores que medem a inflação e o acumulado é a base das negociações das campanhas salariais da maioria das categorias profissionais do Brasil. Fique atento/a!

Mês/Ano	INPC	Acumulado
Mai/2016	0,98%	0,98%
Jun/2016	0,47%	1,45%
Jul/2016	0,64%	2,10%
Ago/2016	0,31%	2,42%
Set/2016	0,08%	2,50%
Out/2016	0,17%	2,68%
Nov/2016	0,07%	2,75%
Dez/2016	0,14%	2,89%
Jan/2017	0,42%	3,32%
Fev/2017	0,24%	3,57%
Mar/2017	0,32%	3,90%
Abr/2017	-	-

PISO REGIONAL

Gaúchos querem 8,49% de reajuste

A CUT e outras centrais mobilizaram-se na semana do dia 10 de abril para pressionar os deputados estaduais para a votação urgente do Projeto de Lei do piso regional.

Enquanto o governo Sartori, por meio de um projeto, oferece um reajuste de apenas 6,48%, que sequer repõe a inflação, os dirigentes sindicais reivindicam dos deputados uma emenda que garanta um reajuste de 8,49% retroativo a 1º de fevereiro, data-base do piso regional, prevendo a perda inflacionária e a reposição de uma perda de 1,89% ocorrida no ano passado, conforme cálculos do Dieese.

Cabe lembrar que a reivindicação inicial da CUT e outras centrais sindicais era um reajuste de 10,65%, mas as categorias acabaram cedendo em nome de uma negociação com o governo. Até o fechamento desta edição, o projeto ainda não havia sido pautado pelos parlamentares e o impasse prosseguia.

AÇÃO SOLIDÁRIA

Sindicato dos Metalúrgicos apoia luta dos municipários de Cachoeirinha contra o pacotaço do prefeito Miki Breier

Na manhã da sexta-feira, 24 de fevereiro, dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos estavam presentes na mobilização dos servidores públicos municipais de Cachoeirinha contra o pacotaço imposto pelo prefeito que se diz “socialista” Miki Breier, do PSB, que cortou inúmeros direitos da categoria.



Miki e seu vice, Maurício (PMDB), seguem à risca a cartilha neoliberal imposta pelos governos federal (Michel Temer) e estadual (José Ivo Sartori) de resolver os problemas de caixa penalizando o funcionalismo.

Para impedir que os servido-

res protestassem e acessassem a Câmara Municipal, onde seriam votados os 11 projetos do Poder Executivo e onde o prefeito detém maioria absoluta no parlamento, a Brigada Militar reprimiu violentamente os municipários e apoiadores naquele dia. O caso foi parar no Ministério Público, que recebeu uma representação feita pelo Sindicato dos Municipários e vai analisar a constitucionalidade das leis aprovadas.

Na sexta-feira, dia 7, mais uma vez nosso sindicato esteve presente para apoiar



os municipários, que completavam 33 dias de greve. Os dirigentes de nosso sindicato também participaram da marcha que paralisou as principais avenidas do Centro e a ponte que divide Cachoeirinha da capital, Porto Alegre.

“Temos que ser solidários, até porque o combate ao pacotaço da Prefeitura é de interesse de toda a comunidade de Cachoeirinha. Nossa sindicato tem na sua história a tradição da solidariedade, de ser parceiro dos movimentos sociais e



das lutas justas do povo de Cachoeirinha. Queremos que os cidadãos e cidadãs, no próximo dia 28 de abril, também apoiem e participem da Greve Geral convocada por nós, pela CUT e outras centrais sindicais”, disse o vice-presidente do Stimeca, Marcos Muller.



EDITORIAL

Como se não bastasse a retirada de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, os agentes da elite querem acabar com a Justiça do Trabalho. Aliás, faz parte do golpe arquitetado desde 2014 acabar com todas as instituições criadas para defender os interesses da classe trabalhadora, incluindo aí as entidades sindicais de luta.

No caso da Justiça do Trabalho, diferente de outros ramos do Poder Judiciário, a instituição vem sofrendo cortes orçamentários da ordem de 50% das dotações para custeio e de 90% dos recursos destinados a investimentos. A Justiça do Trabalho está sendo acusada de promover a judicialização dos conflitos trabalhistas, de ser danosa às empresas e ao desenvolvimento econômico, e de ser extremamente condescendente com a classe trabalhadora. Também está sendo acusada de “travar a economia”, ser cara, grande demais e existir apenas no Brasil, entre outras falácias que,

ditas à exaustão, podem convencer a sociedade como se verdades fossem, assim como se tenta fazer hoje em relação à reforma trabalhista, dizendo ser ela necessária para resolver o problema do desemprego, e em relação à reforma previdenciária, dizendo que sem a imposição da idade mínima para aposentadoria, a Previdência Social quebraria em pouco tempo.

Os ataques à Justiça do Trabalho são tão graves e diretos que, recentemente, duas grandes autoridades do país a criticaram publicamente: o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, afirmando que ela “não deveria nem existir”, e o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, para quem o Tribunal Superior do Trabalho seria um “laboratório” de militantes de um determinado partido de esquerda. Aliás, o STF tem enfraquecido substancialmente a Justiça do Trabalho, considerando suas últimas decisões, como pautar a política judiciária por interesses econômicos,

limitar o direito de greve, mitigar a responsabilidade objetiva do Estado, restringir a aposentadoria e concordar com a prevalência do acordo sobre o legislado, em manifesta contrariedade com a jurisprudência do TST. Assim, ao relativizar a constitucionalidade dos direitos trabalhistas, o STF estaria reforçando posição favorável à extinção da Justiça do Trabalho.

Criticar juízes do trabalho, procuradores do trabalho, auditores fiscais do trabalho, servidores, advogados trabalhistas ou os próprios trabalhadores, por fazerem valer direitos constitucionalmente garantidos, deveria ser considerado ato atentatório contra a dignidade da Justiça.

Por tudo isso, temos que lutar para que a Justiça do Trabalho não seja sucateada e vilipendiada por estes que tomaram o poder de assalto de nosso país e que demonstram não ter escrúpulos para atingir as classes menos abastadas e as organizações que as protegem.

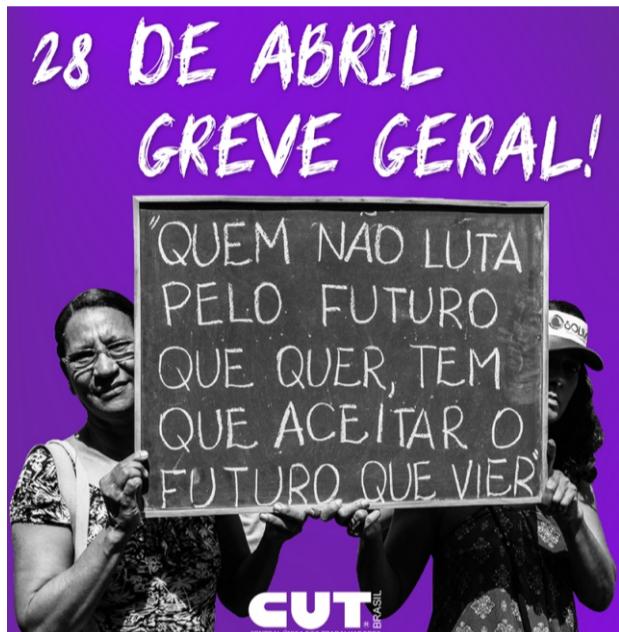
Os ataques à Justiça do Trabalho

28 DE ABRIL, É GREVE GERAL!

O Brasil atravessa um dos mais graves momentos de sua história política e econômica, com sérias consequências para a classe trabalhadora. O governo e seus aliados políticos e empresariais se aproveitam do cenário de desemprego e de desaceleração econômica para impor uma agenda de mudanças que atingem unicamente os trabalhadores e trabalhadoras.

É mentira que a saída para a crise é cortar direitos. Por que o governo não propõe outras formas de arrecadação, como taxar grandes fortunas, revisar o pagamento da dívida pública e combater a sonegação fiscal, por exemplo?

Atenção! Não se engane! O que está sendo proposto é o fim do emprego formal



As reformas, além de retrocessos nas garantias sociais que os trabalhadores conquistaram, significam mudanças estruturais e de difícil reversão. Uma vez aprovadas, modificam a forma como se dá o que entendemos como contrato de trabalho.

Os ataques às relações legais entre empregados e patrões não se limitam às reformas do governo federal. Atualmente, tramitam no Congresso



Nacional cerca de 2.300 projetos que se relacionam com diversas questões do mundo do trabalho e da organização sindical.

E os argumentos e reivindicações do movimento sindical, que é quem representa a classe trabalhadora brasileira, são praticamente ignorados.

ESSA LUTA É DE TODOS!

A classe trabalhadora e a população em geral precisa reagir contra o fim ou a flexibilização dos direitos previdenciários, trabalhistas e sociais. O que você prefere: perder um dia de trabalho ou passar a vida toda trabalhando, sem muitos dos direitos que têm hoje? Pense nisso.

O BRASIL VAI PARAR!

Atenção!!! No dia 28 de abril não saia de casa, será difícil chegar ao trabalho. Não venha trabalhar. Não vai ter ônibus e metrô. Não use o seu carro, moto ou bicicleta para se deslocar. Agora é a hora! Apoie e colabore com aqueles que estão lutando pelos seus direitos, pelo seu futuro e pelo futuro de seus filhos e netos. Lute para não deixar essa herança maldita imposta por Temer, seus ministros e deputados e senadores amigos dos empresários e de uma elite que quer escravizar os pobres, a classe trabalhadora.

Terceirização aprovada

A lei sancionada pelo governo permite que, em vez de contratar funcionários, os empresários contratem empresas terceirizadas ou exijam que empregados abram uma empresa para prestar o serviço, o que acaba com o direito a férias, 13º salário, horas extras e outras garantias, além de deixar na mão do trabalhador todos os encargos que uma empresa gera.

Terceirização significa aumento da taxa de rotatividade, remuneração mais baixa do que a de contratados, jornada de trabalho maior e mais afastamentos por acidentes de trabalho.

Reforma Trabalhista

Tramita no Congresso Nacional o PL 6787/2016 que contempla a reforma trabalhista com a lógica de atender as necessidades empresariais. Veja os principais eixos:

- O negociado sobre o legislado: As empresas poderão legalizar acordos abaixo do que está previsto em lei;
- A jornada de trabalho de até 12 horas diárias e 48 horas semanais;
- O parcelamento de férias;
- A remuneração por produtividade;



prevê entre outros pontos:

- Aposentadoria no valor integral só com contribuição de 49 anos;
- Idade mínima de 65 anos para homens e mulheres com no mínimo 25 anos de contribuição. Ignorando o fato de que as mulheres desempenham múltiplas jornadas e recebem em média remuneração inferior aos homens;
- Pensão por morte deixa de ser integral, passando a valer a regra de 50% mais 10% por dependente, até o limite de 100%;
- Pensões e benefícios sociais desvinculados do salário mínimo.

Retrocessos nas conquistas sociais

O governo Temer não está acabando somente com muitos direitos previdenciários e trabalhistas. Está retirando benefícios e progra-

mas sociais, aumentando tributos e impostos e repassando o prejuízo para o/a trabalhador.

Um exemplo é o GLP. No dia 21 de março, o governo aumentou em 9,8%, em média, os preços do gás para uso residencial. Alguns dias depois, 6 de abril, reduziu em 4% o preço do mesmo gás para uso comercial e industrial. Então, adivinhem quem está pagando o gás usado nas empresas?

Nos poucos meses que está no poder, o governo ilegítimo diminuiu investimentos e acabou com inúmeros benefícios e programas sociais. Suspendeu contratações do Minha Casa Minha Vida, suspendeu novas vagas para o Pronatec e Fies, bloqueou o sistema de cadastro do programa Brasil Alfabetizado, que combate o analfabetismo, acabou com o Ciência Sem Fronteiras, acabou com o ganho real no salário mínimo, acabou com o Humaniza Redes, acabou com o PAC, a CGU, a EBC e ministérios vinculados à cultura e à inclusão social. Está acabando com o Mais Médicos e com o Farmácia Popular, fechando 393 unidades e diminuindo o número de medicamentos para doenças crônicas, sem contar outros retrocessos.

Portanto, está mais do que na hora de todos reagirmos contra todo esse retrocesso. Faça a sua parte! Nos ajude a ajudar você e sua família. Participe e apoie a Greve Geral!